

Gestão social e políticas públicas para os fazeres da dança: inovações necessárias

Belkiss Amorim

Programa de Pós-graduação em Gestão Social, Educação e Desenvolvimento

Local, UNA, BH

Mestranda – Profissionalização e Dança – Or. Maria Aparecida Moura Coreógrafa e

Professora de Dança

Resumo

O artigo trás algumas mobilizações e ações coletivas da sociedade civil, do poder público e profissionais da Dança, voltadas para implementação de políticas culturais conectadas com a realidade contemporânea e necessárias aos fazeres específicos da Dança. Parte-se do pressuposto de que não existe outro meio de compreender o trabalho na Dança e buscar a efetivação de políticas culturais adequadas, sem considerar a complexidade do todo e de cada ramificação dessa prática profissional. A consolidação e contribuição positiva das políticas específicas para a Dança devem considerar a individualidade do artista, técnico ou pesquisador, sem deixar de pensar no contexto social e comunitário. É preciso adequar as ações às condições extremamente diferenciadas que os profissionais da Dança enfrentam.

Palavras-chave: Políticas públicas, dança, profissionalização.

A Dança é puramente Arte. Entretanto, as diversas interfaces entre o estado artístico da Dança e o seu produto, potencializam sua complexidade, que muitas vezes passa despercebida diante de sua transcendência.

Configurações intrínsecas do estado artístico da Dança como a memória, a história, o contexto emocional, os parâmetros biológicos, o diálogo com outras expressões artísticas, a poesia, os processos de criação, a dramaturgia, a diversidade de padrões estéticos, os suportes tecnológicos, os valores humanos, o universo pedagógico e os caminhos da profissionalização compõem essa complexa rede de artefatos que conferem à Dança sua legitimidade como vasta área de autonomia artística, de investigação e produção de conhecimento e de produção na economia cultural.

Essas configurações estão ligadas à profissionalização, cada dia mais complexa, necessitando uma efetiva articulação dos profissionais, associações, sindicatos e poder público, em torno da incrementação de políticas públicas específicas para a Dança que possam dialogar com a jovialidade da gestão cultural. Políticas públicas segmentadas e convergentes, ao considerar seu trânsito por diversas áreas os setores educacionais, trabalhistas, fazendários e previdenciários e sua importância como argumentos da economia cultural.

As especificidades que envolvem esse universo profissional exigem inovações imediatas para estruturar “as cadeias produtivas e criativas de cada segmento. Ou seja, buscar resultados de interesse comum em curto e médio prazos para enfrentar os principais problemas que emperram as atividades”. (MinC, 2009)

Como solucionar problemas intrínsecos à profissionalização na Dança como: a formação profissional em diagonal; o não reconhecimento da Dança como área específica do conhecimento; o reduzido mercado de trabalho formal; os escassos espaços para as apresentações artísticas; o reduzido espaço na mídia e nas grandes mídias; as dificuldades de firmar parcerias com instituições públicas; as dificuldades de conseguir financiamento do setor privado, para projetos, por meio das leis de incentivo à cultura; o crescente índice de trabalho informal; o distanciamento entre os profissionais; a inexistência de sindicatos específicos para os trabalhadores da Dança na maioria dos Estados Brasileiros; a inapropriada forma de regulamentação dos cursos livres; e outros?

Profissionais ligados aos processos de ensino da Dança e à produção da obra coreográfica convivem com inúmeros obstáculos tais como: dificuldade de formação docente, má remuneração, realidades do trabalho precário, descontinuidade na execução de projetos artísticos e sociais, despolarização do tempo e do espaço do trabalho.

Os fazeres da Dança em todos os níveis são processos carregados de complexidade. Fenômenos que envolvem uma série de aspectos relacionados à identidade humana, como as culturas, as classes sociais e econômicas, as políticas públicas que se propõem ao desenvolvimento social e ao cultivo das emoções.

Efetivar a aproximação no âmbito municipal, estadual e nacional entre os profissionais da Dança a fim de fomentar a organização do percurso artístico/profissional é uma ação que finalmente vem sendo tratada com importância. Hoje, enfrenta-se uma diversidade de impasses com relação à habilitação, capacitação, formação, contratação, inserção no mercado, carreira, seguridade social, aposentadoria, manutenção dos espaços

de trabalho, dessa categoria, dentro de instituições públicas, ou na vida profissional autônoma, do emprego formal ou do universo sistemático da informalidade tão recorrente na Dança.

Discursos voltados para questões da profissionalização da Dança têm despontado nos últimos anos em congressos, seminários e fóruns por todo país. Apesar de serem tímidas, as mobilizações promovidas pelo meio profissional vêm apontando perspectivas.

A iniciativa teve início em 2003 na gestão do ex-ministro da cultura, Gilberto Gil, ao criar as Câmaras Setoriais. Foi paralisada em meados de 2006 até 2007, reativando-se em 2008. Nesse período de suspensão importantes mobilizações foram articuladas contribuindo para a não evaporação das conquistas alcançadas até 2006, como por exemplo o 1º Fórum de Dança Fundação Clóvis Salgado e o 2º Encontro de Companhias Públicas, realizado em Belo Horizonte em 2007; o Movimento Dança Recife, fundado em 2004 e que tem atuado incessantemente na cena das relações de trabalho em Pernambuco; e o Seminário de Economia da Dança, realizado pelo Festival Panorama desde 2008, no Rio de Janeiro com o objetivo de discutir o conceito de economia da cultura, abordando as possibilidades de se pensar uma economia da dança e as perspectivas de uma política específica para a Dança.

Em 2008, o MinC retomou o diálogo, reativando e reestruturando as Câmaras Setoriais passando a fazer parte do Conselho Nacional de Política Cultural (CNPC) e mudando sua denominação para Colegiados Setoriais.

O colegiado apresenta um foco mais amplo de atuação envolvendo temas da economia da cultura, a formação de políticas de cultura e a promoção do diálogo entre o poder público, a sociedade civil e os agentes culturais, com a “finalidade de debater, analisar, acompanhar e fornecer subsídios para a definição de políticas, diretrizes e estratégias para os setores culturais”. (MinC, 2009).

Em maio de 2009 o Colegiado voltou a se reunir para propor diretrizes para o fortalecimento da Dança no país. Na ocasião o consultor da Secretaria de Políticas Culturais do MinC, Pedro Domingues afirmou que as propostas ainda eram tímidas e deveriam ser formuladas a partir de muita reflexão para que fossem diretamente ligadas aos eixos do PNC que propõe a universalização do acesso dos brasileiros à fruição e produção cultural.

Segundo Domingues, “temos consciência dos problemas que enfrentamos, mas não sobre os mecanismos para superá-los, a não ser no que tange às carências do setor público, (...) é preciso avançarmos nesse sentido”. (MinC, 2009, p. ?)

Os relatores precisam investir atenção especial aos caminhos que levam à precarização do trabalho na Dança, questão mais desmoralizadora do meio profissional da Dança.

São imprescindíveis as argumentações sobre: a alteração na maneira de formalizar legalmente os cursos livres de Dança, que costumam compactuar com o trabalho informal; “a garantia de que a Dança se torne disciplina obrigatória na educação básica e fundamental em todo o país e de que o corpo docente seja exclusivamente formado por professores habilitados em Dança” (Panorama, 2008); a confusão que se faz em torno da aplicação das leis de incentivo à cultura, que muitas vezes, são traduzidas como benefício suplementar aos artistas ou ainda, dispositivo de solução para os impasses da profissão.

Usufruir dos benefícios das leis de incentivo não significa resolver os inúmeros problemas relacionados à informalidade, ao mercado de trabalho, às questões previdenciárias e ao emprego no setor da Dança.

De acordo com estatísticas do IBGE, quando se refere ao grupo de trabalhadores dos Espetáculos e das Artes, 84,8% trabalham sem vínculo empregatício, sem carteira assinada ou por conta própria. De acordo com Segnini, 2007, “o Ministério do Trabalho e do Emprego, por meio da RAIS, registra que, em 2004, somente 2.103 profissionais da dança trabalhavam com registro formal”.

Enquanto várias profissões já desapareceram ou foram substituídas por outras a Dança não se ordenou profissionalmente. Só agora, em meio a este difícil período de transformações, é que a Dança começa a se mobilizar em busca da organização profissional.

Ao considerarmos a Dança como geradora de produto artístico para a economia cultural ou produtora de bens de consumo para a indústria do entretenimento, pode-se constatar a importância deste setor para o crescimento econômico do país.

Dados do IBGE (2005) indicam que o setor cultural emprega 4% da força de trabalho do país, cerca de 1,17 milhões de pessoas. Grande parte desse contingente exerce funções na área da Dança. Entretanto, estimativas do MinC informam que mais da metade dos trabalhadores da área cultural está na informalidade. A questão da informalidade foi

apresentada no Painel: “Quem tem direitos, tem deveres. Botando a mão na massa”, no Seminário de Economia da Dança, 2008. A ementa do Painel enunciava:

É papel dos artistas e da classe da dança reivindicar melhores políticas e programas na área. Mas como grande parte da sua atividade está na informalidade, é frágil a posição da dança ao pedir para que se cumpram as políticas e leis, mas não conseguir cumprir suas obrigações legais. Mas como se tornar formal num mercado incerto?

Questões sobre a informalidade e o desemprego são também paradoxais. Em agosto de 2010, Belo Horizonte recebeu o primeiro curso superior de dança que evidentemente redimensionará os parâmetros dos fazeres da Dança em Minas Gerais. Se não é desesperador é no mínimo, complexo: a certeza da necessidade da qualificação profissional dos professores, a certeza da necessidade da formação acadêmica e da preparação para o mercado de trabalho, a certeza da existência de demanda por cursos superiores de Dança e paradoxalmente a certeza sobre as incertezas que permeiam o futuro destes futuros profissionais no que diz respeito ao mercado de trabalho.

Discutir sobre esse campo é imprescindível e exige uma análise profunda sobre o mercado de trabalho e a gestão cultural. A eficácia das regulamentações sugeridas pelo PND, ao PNC, depende antes de tudo da comunicação entre os relatores e profissionais da Dança em todo o país e a localização das dificuldades de negociação com os espaços políticos, os patrocinadores, a imprensa e o público. Uma das ações prioritárias para efetivar uma política específica para a Dança é elaborar uma melhor comunicação com os esses interlocutores.

É imprescindível realizar o mapeamento dos atores para compreender melhor a cadeia produtiva da Dança e a dimensão de cada problema, para enfim contemplar da melhor forma todas as interfaces do trabalho no campo da Dança.

De qualquer forma as iniciativas que objetivam melhorar as condições de trabalho na Dança, reduzindo a precarização do trabalho, não podem ignorar o sentido da Arte. A regulamentação e as políticas públicas são imprescindíveis, mas não podem, nas entrelinhas, determinar um “código moral (do consumo) para a arte. (...) precisamos estar atentos aos movimentos governamentais que chamam para si essa prerrogativa, colocando a arte a serviço de um determinado projeto político-ideológico” (Brant, 2008). É neste sentido que se pode dizer que a melhoria das condições de trabalho na Dança é um ideal, que não pode se submeter à lógica do capital predatório nem à mercantilização da produção simbólica.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

1º Encontro Nacional de Pesquisadores de Dança. Disponível em: <http://idanca.net/lang/pt-br/2008/10/01/1%c2%ba-encontro-nacional-de-pesquisadores-de-danca-comeca-a-colher-seus-frutos-first-meeting-of-dance-researches-starts-to-give-results/8997/>. Acesso em 20/12/2008.

BRANT, Leonard. A função pública da arte. Jornal Eletrônico Cultura e Mercado. Set./2008. Disponível em <http://www.culturaemercado.com.br/post/a-funcao-publica-da-arte/> Acesso em 14/10/2008.

AGOSTINHO, Marcos. Colegiado da Dança. Disponível em <http://www.cultura.gov.br/site/2009/05/07/fortalecer-a-danca/>. Acesso em 04/06/2009.

Associação Brasileira de Pesquisadores em Artes Cênicas. Disponível em: <http://www.portalabrace.org/gtdancabrasil.htm>. Acesso em 08/06/2009.

Ballet de Londrina. Disponível em http://www.funcart.art.br/p_criticas.htm. Acesso em 04/04/2009.

BIONDI, Pedro. Ministro apresenta na Câmara balanço dos seminários. Disponível em www.cultura.gov.br. Acesso em 04/06/2009.

BIONDI, Pedro. Secretarias de Políticas Culturais se reúne com relatora. Disponível em www.cultura.gov.br. Acesso em 04/06/2009.

BITTENCOURT, Gustavo. Depende de quê: uma conversa pretensamente direta sobre artes e libras. 22/12/2008. Disponível em www.idanca.net. Acesso em 20/01/2009.

BURGARDT, Lilian. Mercado da dança no Brasil. Set/2005. Disponível em: <http://www.universia.com.br/materia/materia.jsp?id=7896>. Acesso em 17/01/2009.

CARVALHO, Eduardo. Políticas públicas de cultura no FSM 2009. Carta Maior 28/01/2009. Disponível em <http://www.cartamaior.com.br>. Acesso em 19/05/2009.

Coordenador fala sobre o Plano na TV NBr. Disponível em <http://www.cultura.gov.br/site/2009/03/02/coordenador-fala-sobre-o-plano-na-tv-nbr/>. Acesso em 04/06/2009.

DOWBOR, Ladislau. Tendências da gestão social. Saúde e Sociedade. Saude soc. Vol.8 n°1. São Paulo Jan./fev. 1999. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0104-12901999000100002. Acesso em: 13/02/2010.

Debate sobre rumos da política cultural divide opiniões em SP. Disponível em: <http://www.cruzeirodosul.inf.br/materia.phl?editoria=42&id=192484>. Acesso em 10/06/2009.

MORIN, Edgar. Da necessidade de um pensamento complexo. In: Francisco Menezes Martins e Jurandir Machado de Silva (org). Para navegar no século XXI. Porto Alegre: Sulina/Edipucrs. 2000. Disponível em; http://www.ouviroevento.pro.br/leiturassugeridas/EM_Da_necessidade.htm. Acesso em 11/05/2009.

MORIN, Edgar. Disponível em www.netescola.pr.gov.br/netescola/escola/087045005/novos_pensadores_da_educa%C3%A7%C3%A3o.htm. Acesso em 20/12/2008

PETRAGLIA, Izabel. Edgar Morin: Complexidade, transdisciplinaridade e incerteza. Disponível em: www4.uninove.br/grupec/EdgarMorin_Complexidade.htm, acesso 11/05/2009.

PIRES, Gilsamara Moura Robert. Políticas Públicas para a Dança. Disponível em: <http://www.portalabrace.org/vcongresso/textosdancacorpo.html>. Acesso em 17/01/2009.

Plataforma Recife de Dança – ano IV. Disponível em <http://www.movimentodancarecife.blogspot.com>. Acesso em 01/07/2009.

Programa impresso do 1º Fórum de Dança Fundação Clóvis Salgado e 2º Encontro de Companhias Públicas. Fundação Clóvis Salgado, Belo Horizonte, setembro/2007.

Relatório da 1ª Reunião dos GTs Específicos. Disponível em: <http://www.cultura.gov.br/cnpc/wp-content/uploads/2009/03/relatorio-da-i-reuniao-dos-gts-especificos.pdf>. Acesso em: 08/06/2009.

SALDANHA, Patrícia. Colegiado Setorial da Dança. Disponível em www.cultura.gov.br. Acesso em 04/06/2009.

SEGNINI, Liliana Rolfsen Petrilli. Criação rima com precarização: análise do mercado de trabalho artístico no Brasil. Disponível em:

http://www.sbsociologia.com.br/congresso_v02/papers/GT29%20Trabalho,%20Precariza%C3%A7%C3%A3o%20e%20Pol%C3%ADticas%20P%C3%ABlicas/SBS_enviado.pdf.

Acesso em 04/03/2008.

Seminário Economia da Dança. Festival Panorama 2008. Nov./ 2008. Disponível em: www.seminario.panoramafestival.com . Acesso em 07/01/2009.

ZAULI, Eduardo. Trabalho Precário. In: Fidalgo, F. & Machado, L. (orgs.). *Dicionário da Educação Profissional*. Belo Horizonte: Fidalgo & Machado Editores, 2000.